



Referências Bibliográficas – SUS

1. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988
2. Brasil. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.
3. Brasil. Lei 8142/90 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade no SUS. 1990
4. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 453/2012, de 10 de maio de 2012. Aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. 2012.
5. Brasil, Ministério da Saúde. Portaria de consolidação número 1, de 28 de setembro de 2017. Título I: Dos direitos e dos deveres dos usuários da saúde. (artigos de 1 a 10).
6. Brasil, Ministério da Saúde. Portaria de consolidação número 2, de 28 de setembro de 2017. Anexo I: Política Nacional de Promoção à Saúde. Capítulo 1. Da Política Nacional de promoção à Saúde (artigos de 1 a 16).
7. Brasil. Portaria Interministerial MEC/MS 1077/2009. Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residência Multiprofissionais da Saúde e Comissão Nacional da Residência Multiprofissional em Saúde. 2009.
8. PAIM, J. S. O Que É o SUS. E-Book interativo. Ed. FIOCRUZ. 2015 93p. <https://portal.fiocruz.br/livro/o-que-e-o-sus-e-book-interativo>. Acesso em 23/09/2018.
9. Rio Grande do Sul, Secretaria Estadual de Saúde. Plano Estadual de Saúde 2016/2019. Porto Alegre, RS, 2016. 228 p.
10. ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003. 728 p